



MERCOSUL/RMIS/CT/GTEDEL/ATA N° 02/21

XLVI REUNIÃO DE MINISTROS DO INTERIOR E DA SEGURANÇA

A reunião do Grupo de Trabalho Especializado Delitual (GTEDEL), sob a Presidência *Pro Tempore* do Brasil, foi realizada em Brasília, capital da República Federativa do Brasil, no dia 31 de agosto de 2021 por meio do sistema de videoconferência, conforme estabelecido na Resolução GMC nº19/12, com a participação das Delegações da República Federativa do Brasil, República Argentina, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai (Estados Parte), e a Delegação da República do Chile (Estado Associado).

A Delegação Brasileira saudou os participantes, prevendo um trabalho produtivo e exitoso.

A Lista de Participantes consta como **ANEXO I**.

Os seguintes tópicos foram discutidos na reunião:

1. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA AGENDA

As Delegações aprovaram a Agenda Tentativa remetida oportunamente através dos Coordenadores da Comissão Técnica, que consta como **ANEXO II**.

2. TEMA SUGERIDO PARA A INCLUSÃO NO INFORME REGIONAL SEMESTRAL: ROTAS UTILIZADAS PELO NARCOTRÁFICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA.

A Delegação Brasileira iniciou a apresentação fazendo referência à proposta apresentada pela Delegação Chilena na última reunião do Grupo de Trabalho Especializado Delitual, em 17 de maio de 2021, que sugeriu a elaboração de Informe Regional pelos países que compõem o GTEDEL Mercosul.

O tema sugerido e aprovado foi: *Rotas Utilizadas Pelo Narcotráfico no Contexto da Pandemia*.

O Brasil, tendo assumido a Presidência Pro Tempore do Mercosul, irá coordenar a confecção e divulgação do referido informe. A fim de dar corpo ao documento, cada delegação será responsável por enviar análise concernente ao seu país, de acordo com o tema proposto, sendo a Delegação brasileira responsável pela compilação das informações.

A data final estipulada para o envio do material à Presidência Pro Tempore ficou convencionada para o dia 14/09/2021.

A Presidência *Pro Tempore* se comprometeu a enviar o documento contendo as orientações para a produção do material pelas delegações imediatamente após a reunião.

3. DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA PELA DELEGAÇÃO DO PARAGUAI PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE COORDENAÇÃO DE FRONTEIRA.

A Delegação paraguaia iniciou a sua fala mencionando o Acordo de Cooperação Policial para as Zonas Fronteiriças. Afirmou que o acordo caminha para a ratificação pelo seu país mas que é preciso avançar na efetivação dos mecanismos de cooperação transfronteiriços. Sugeriu, ainda, a criação de Centros de Coordenação de Fronteira, nas áreas que poderiam ser apontadas posteriormente, inclusive seguindo o modelo já estabelecido no Comando Tripartite.

A delegação argentina informou que o processo de ratificação do Acordo de Cooperação Policial para as Zonas Fronteiriças não está adiantado em seu país, sendo necessárias discussões internas para que possam avançar na análise do instrumento .

A delegação uruguaia informou não ter recebido proposta paraguaia de regulamentação do Acordo de Cooperação Policial para as Zonas Fronteiriças com antecedência e falou da importância de avançar na proposta de criação dos centros de integração, após a melhor compreensão da ideia por todos os integrantes do grupo.

A delegação brasileira sucitou dúvidas quanto aos aspectos concretos da proposta e sugeriu a sua transformação em um documento escrito que possa melhor detalhá-la. Além disso, ressaltou a dificuldade da instalação de novos espaços físicos, sem prejuízo da ideia de indicar para que atuem como centros de coordenação outras estruturas de fronteira já existentes na região. Além disso, mencionou que a proposta tem relação com o item 07 da pauta da reunião, momento em que as delegações teriam a oportunidade de voltar a discutir o assunto.

A delegação do Paraguai se comprometeu a enviar uma proposta para análise das partes antes da segunda reunião agendada para o dia 05 de outubro de 2021.

A delegação do Brasil sugeriu que o ponto fosse retomado, se necessário, durante a apresentação do ponto 07 da agenda.

4. APRESENTAÇÃO DO GESTOR NACIONAL DO SISME BRASIL.

O Coordenador de Implantação do SINESP – DGI/SENASP/MJSP, apresentou, pela delegação do Brasil, a situação atual do SISME no país. O Brasil produziu um PBI (painel de BI – *dashboard*) com as informações gerenciais do SISME – informações que auxiliam a gestão na tomada de decisões, informando que o painel será uma das entregas que o Brasil pretende realizar durante a sua presidência pro tempore. A delegação brasileira ressaltou a importância do sistema para fins de integração do bloco na área da segurança pública, e instou os integrantes do grupo a fazerem sugestões para o seu aprimoramento. A apresentação da delegação brasileira consta como ANEXO III da ata.

5. APRESENTAÇÕES DAS DELEGAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO DE BENS E LAVAGEM DE DINHEIRO NA LUTA CONTRA O CRIME ORGANIZADO.

A delegação argentina realizou apresentação a respeito do tema falando da importância da análise patrimonial e da necessidade de reforçar instrumentos e recursos das autoridades incumbidas da investigação criminal. Registrou as modificações legislativas em relação à lavagem de dinheiro, principalmente quanto ao tráfico de drogas, observadas no país, e apresentou o funcionamento das investigações de lavagem. A apresentação consta como Anexo IV da ata.

A apresentação da delegação do Brasil explicitou as peculiaridades das investigações do crime de Lavagem de Dinheiro no Brasil e os benefícios trazidos pela lei 12.850/13, além do advento do instituto da colaboração premiada. A delegação colocou-se à disposição para intercâmbio com as polícias do Mercosul através de ações de capacitações nessa temática. A apresentação consta como Anexo V da ata.

A apresentação da Delegação do Uruguai sobre o tema falou da estrutura que o país possui no enfrentamento desse delito, com foco no combate às organizações criminosas. Além disso, registrou que há no país, desde 2017, legislação específica para o combate à Lavagem de ativos. A apresentação consta como Anexo VI da ata.

6. APRESENTAÇÃO POR PARTE DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O PROJETO REDE CIISP DO MJSP.

A Delegação Brasileira, por meio do coordenador da área de gestão estratégica da Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), falou sobre o Projeto Rede CIISP, cujo principal objetivo é a integração das agências de inteligência de segurança pública do país, nos seus mais variados níveis federativos. A apresentação consta como Anexo VII da ata.

7. PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO POLICIAL APLICÁVEL AOS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS ENTRE OS ESTADOS PARTE DO MERCOSUL.

A Delegação Brasileira apresentou proposta de regulamentação do acordo de cooperação policial aplicável aos espaços fronteiriços entre Estados Parte do Mercosul. Colocou o tema em discussão fazendo um breve recorte histórico sobre o Acordo de Bento Gonçalves e apresentando uma minuta de ajuste bilateral que se comprometeu a compartilhar com os demais. Sugeriu, ainda, a realização de encontros bilaterais com os países que apresentarem interesse em avançar no tópico. Ressaltou, por fim, a ideia de que o que se pretende é aprofundar os aspectos operacionais da cooperação, especificamente com relação à persecução transfronteiriça, a fim de submeter internamente aos órgãos responsáveis em cada país as ideias de consenso alcançadas bilateralmente no bojo do grupo.

A delegação do Paraguai falou que o acordo apresentado por eles é um pouco mais geral e sugeriu integrar as duas propostas (brasileira e paraguaia), concluindo que está aberto à realização de agenda bilateral específica para tratar do assunto.

A delegação argentina esclareceu que não poderá avançar no ponto até que se tenha uma perspectiva interna mais clara acerca da ratificação do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Parte do Mercosul.

A delegação uruguaia afirmou que estão atentos às propostas, tanto à brasileira quanto a do Paraguai. Entendem que é importante melhorar a atuação nas fronteiras e sucitou a existência de um instrumento de cooperação já firmado com o Brasil que seria muito similar à proposta apresentada, concluindo que está aberto à realização de agenda bilateral específica para tratar do assunto.

8. APROVAÇÃO DA ATA

A ata restou aprovada pelas delegações presentes. A delegação do Chile participou por sistema de videoconferência, de acordo com a Decisão CMC nº 18/04 "Regime de Participação dos Estados Associados ao MERCOSUL", e manifestou seu acordo sobre a Ata da Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Especializado Delitual.


9. AGENDA TENTATIVA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO (ANEXO VIII).

As Delegações agradeceram a oportunidade, a cordialidade e atenção recebidas.

LISTA DE ANEXOS:


ANEXO I:	Lista de participantes
ANEXO II:	Agenda
ANEXO III:	Apresentação – SISME
ANEXO IV:	Apresentação – Investigação de bens e lavagem de Dinheiro na luta contra o Crime Organizado – Polícia Federal do Brasil
ANEXO V:	Apresentação - Investigação de bens e lavagem de Dinheiro na luta contra o Crime Organizado – Delegação da Argentina
ANEXO VI:	Apresentação - Investigação de bens e lavagem de Dinheiro na luta contra o Crime Organizado – Delegação do Uruguai
ANEXO VII:	Apresentação - Projeto Rede CIISP - Delegação do Brasil
ANEXO VIII:	Agenda para a próxima reunião


Pela Delegação da Argentina
RAMIRO AMBROSINI


Pela Delegação do Brasil
TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA



Pela Delegação do Paraguai
CARLOS ALBERTO DURE RIOS



Pela Delegação do Uruguai
JUAN RODRIGUEZ REINA

